

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS POLÍTICAS PÚBLICAS – BACHARELADO

PAULA SÂMARA DA SILVA SANTOS GUAJAJARA

TENTEHAR KUZÀ WÀ YPAW MY'YM PE HAR (MULHERES TENTEHAR DA
ALDEIA LAGOA QUIETA): CORPO-TERRITÓRIO E ATUAÇÃO POLÍTICO-
ACADÊMICA

Goiânia
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Paula Sâmara da Silva Santos Guajajara

Título do trabalho: TENTEHAR KUZÀ WÀ YPAW MY'YM PE HAR (MULHERES TENTEHAR DA ALDEIA LAGOA QUIETA): CORPO-TERRITÓRIO E ATUAÇÃO POLÍTICO-ACADÊMICA

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Mainardi, Professor do Magistério Superior**, em 25/10/2024, às 19:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Sâmara Da Silva Santos Guajajara**, **Discente**, em 26/10/2024, às 09:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4927226** e o código CRC **D7EFF827**.

Referência: Processo nº 23070.043173/2024-70

SEI nº 4927226

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS POLÍTICAS PÚBLICAS – BACHARELADO

PAULA SÂMARA DA SILVA SANTOS GUAJAJARA

TENTEHAR KUZÀ WÀ YPAW MY'YM PE HAR (MULHERES TENTEHAR DA
ALDEIA LAGOA QUIETA): CORPO-TERRITÓRIO E ATUAÇÃO POLÍTICO-
ACADÊMICA

Trabalho de Conclusão de Curso de
Graduação para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Sociais junto ao
curso de Ciências Sociais da Universidade
Federal de Goiás.

Orientadora: Profa. Dra. Camila Mainardi

Goiânia
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Guajajara, Paula Sâmara da Silva Santos
TENTE HAR KUZÀ WÀ YPAW MY'YM PE HAR (MULHERES
TENTE HAR DA ALDEIA LAGOA QUIETA): CORPO-TERRITÓRIO E
ATUAÇÃO POLÍTICO-ACADÊMICA [manuscrito] / Paula Sâmara da
Silva Santos Guajajara. - 2024.
41 f.

Orientador: Profa. Dra. Camila Mainardi.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Ciências
Sociais: Políticas Públicas, Goiânia, 2024.
Bibliografia.

1. Corpo-território. 2. Tente har kuzà wà. 3. Ypaw my'ym. I. Mainardi,
Camila, orient. II. Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 30 dias do mês de agosto do ano de 2024 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “TENTEHAR KUZÀ WÁ YPAW MY’YM PE HAR (MULHERES TENTEHAR DA ALDEIA LAGOA QUIETA): CORPO-TERRITÓRIO E ATUAÇÃO POLÍTICO-ACADÊMICA”, de autoria de Paula Sâmara da Silva Santos Guajajara, do curso de Bacharelado em Ciências Sociais Políticas Públicas, da Faculdade de Ciências Sociais da UFG. Os trabalhos foram instalados pela orientadora Profa Dra. Camila Mainardi (FCS/UFG) com a participação da membra da Banca Examinadora: Profa. Dra. Camila Romero Lameirão (FCS/UFG). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 10.0, tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Mainardi, Professor do Magistério Superior**, em 10/09/2024, às 00:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Romero Lameirao, Professora do Magistério Superior**, em 16/09/2024, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4771885** e o código CRC **509E1582**.

AGRADECIMENTOS

He ànàm wà wanupe, pe amutar katu ihe, pe purexak wer ihe.

A primeira inspiração para nosso feito foi através da minha bisavó Luzia Guajajara, referência para várias gerações de mulheres que espelhariam sua força e sua garra, exemplo que desperta em mim a ânsia de reproduzir as boas práticas de quem, de modo tradicional, incidiu em toda uma comunidade indígena. Através dela e de todas que a sucederam conheci o mundo e sua diversidade de uma maneira que não poderia ser melhor. Agradeço por ter nascido em um seio familiar majoritariamente marcado pela força feminina, mas também por homens que tiveram de aprender a respeitar e admirar o protagonismo de mulheres tão potentes como a minha avó Maria Santana Kariamora, minha mãe Surama Guajajara, minha irmã Kari, meu irmão Miritaw, minhas queridas tias Suluene e Cíntia. Agradeço ao meu grande amigo Geraldo Magela que foi um alicerce imprescindível na minha caminhada durante a faculdade. Agradeço pela oportunidade de partilhar com a professora Camila Mainardi que com sabedoria me conduziu pelos caminhos desta experiência. Não poderia deixar de destacar meus anciãos, tio Chicão, tio Viana, tio Abraão, que fizeram parte do meu aprendizado e do meu entendimento enquanto Tentehar. Carrego vocês comigo, estão e irão permanecer sempre presentes em minha existência. Obrigada he ànàm wà, obrigada a todos/as que fizeram parte desta trajetória.

RESUMO

No presente trabalho discorro sobre a categoria corpo-território, considerando como elementar a indissociabilidade da diversidade de indígenas mulheres, suas especificidades inerentes, e os territórios que ocupam, a partir de uma pesquisa em que se buscou analisar como essa relação define e orienta a atuação político-acadêmica das indígenas mulheres. A metodologia incluiu uma revisão bibliográfica de produções que abordam o recorte de gênero entre os povos indígenas, a atuação política indígena, com destaque para a atuação das *Tentehar Kuzà wà* da aldeia *Ypaw my'ym*, localizada na Terra Indígena Araribóia, no Maranhão, onde vivem os povos Guajajara/Awá-Guajá. Com o fortalecimento da autonomia dos povos indígenas a partir dos reconhecimentos promovidos na Constituição Federal de 1988, que representou a própria intensificação de seu exercício, conquistamos novos espaços que possibilitaram recontar a história do país sob nossas perspectivas, incluindo experiências antes invisibilizadas, excluídas, à exemplo das experienciadas pelas mulheres indígenas. Em vista disso, o trabalho enfatiza a importância de compreender as estratégias de atuação coletiva das mulheres indígenas *Tentehar kuzà wà*, entre as quais me incluo enquanto pertencente ao povo Tentehar, jovem, mulher e graduanda no curso de Ciências Sociais - Políticas Públicas.

Palavras-Chave: Corpo-território, *Tentehar kuzà wà*, *Ypaw my'ym*.

ABSTRACT

In this paper I discuss the body-territory category, considering as elementary the inseparability of the diversity of indigenous women, their inherent specificities, and the territories they occupy, based on research that sought to analyze how this relationship defines and guides action. political-academic of indigenous women. The methodology included a bibliographical review of productions that address gender issues among indigenous peoples, indigenous political action, with emphasis on the work of the Tentehar Kuzà wà from the Ypaw my'ym village, located in the Araribóia Indigenous Land, in Maranhão, where the Guajajara/Awá-Guajá people live. With the strengthening of the autonomy of indigenous peoples based on the recognition promoted in the Federal Constitution of 1988, which represented the intensification of its exercise, we conquered new spaces that made it possible to retell the country's history from our perspectives, including experiences previously made invisible, excluded, to example of those experienced by indigenous women. In view of this, the work emphasizes the importance of understanding the collective action strategies of indigenous Tentehar kuzà wà women, among whom I include myself as a member of the Tentehar people, young, female and graduating in the Social Sciences - Public Policy course.

Keywords: Body-territory, Tentehar kuzà wà, Ypaw my'ym.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMIMA	Articulação das Mulheres Indígenas do Maranhão
ANMINGA	Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ATL	Acampamento Terra Livre
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
COAPIMA	Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão
COCALITIA	Comissão dos Caciques e Lideranças Indígenas da Terra Indígena Araribóia.
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SPI	Serviço de Proteção aos Índios

LISTA DE TRADUÇÃO DAS PALAVRAS DO IDIOMA ZE'EG ETÉ

Ànàm - parentes

Ikà'gaw - Força

Kuzà - Mulher

Kuzàgwer wà - Mulheres/ mulherada

Tehtehar - Donos do cocar

Tentehar kuzà wà - Guajajaras mulheres

Wà - Plural

Ypaw My'ym - Lagoa quieta

Zaryz - Avó

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1- TENTEHAR KUZÀ/AWÁ WÀ: CORPO-TERRITÓRIO, HISTÓRIA E RESISTÊNCIA	16
2-TENTEHAR KUZÀ WÀ, YPAW MY'YM PE HAR: ATUAÇÃO POLÍTICO- ACADÊMICA	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	38

INTRODUÇÃO

Este trabalho emerge do projeto “Antropologia Indígena em (trans)formação: prática de pesquisa e produção de conhecimento”, desenvolvido no Núcleo de Etnologia Indígena da UFG, onde realizei pesquisa de Iniciação Científica. Ao longo da caminhada nesta pesquisa, nos oportunizou uma reflexão sobre a categoria corpo-território, desenvolvida a partir da diversidade das indígenas mulheres, dos territórios e biomas que ocupam, considerados indissociáveis, e como isto define e/ou orienta a atuação das indígenas mulheres seja nos territórios, seja fora deles. Assim, para essa pesquisa tracei uma metodologia de revisão bibliográfica, com produções de autoria indígena e não indígena que, direta e indiretamente, transversalizam o recorte de gênero entre povos indígenas, a atuação política e o movimento indígena. Também pude realizar uma conversa com Cintia Guajajara, vice-coordenadora da Articulação das Mulheres Indígenas do Maranhão (AMIMA), licenciada em Educação Intercultural pela Universidade Federal de Goiás. Como se verá, as palavras de Cintia também estão em outros trabalhos acadêmicos das mulheres Tentehar da aldeia Ypaw My’ym, foco desta pesquisa.

Destaco especificidades inerentes ao núcleo do presente trabalho no sentido de que precisamos compartilhar saberes e formas de fazer que conseqüentemente ocasionam em nossa resistência, à exemplo de organizações com experiências específicas desenvolvidas, empreendidas e aplicadas por e para indígenas mulheres: conhecimentos e experiências desenvolvidas a partir das mulheres da aldeia Ypaw my’ym, localizada na Terra Indígena (TI) Araribóia, no estado do Maranhão, que possui 413 mil hectares de extensão, bioma Amazônico e Cerrado. Nesta TI vive o povo Tentehar, um dos mais numerosos do Brasil, e os Awá-Guajá, um dentre os 114 povos indígenas autônomos, ou em “isolamento voluntário”, que fazem o país liderar o ranking de maior concentração desse registro no mundo.

A TI Araribóia passou a compor a listagem das dez Terras com maior presença indígena, ocupando a décima posição com cerca de 10.158 indígenas (Censo IBGE, 2022), sendo a grande maioria monolíngue. Somos falantes da língua originária denominada Ze’egete, compondo parte dos 28,8% da população indígena brasileira que não fala a língua portuguesa. Nós nos organizamos em forma de Conselho Representativo das 10 regiões do território: 1- Região Araribóia, com 33 Aldeias; 2- Região Lagoa Comprida, 13 aldeias; 3- Região Canudal, 28 aldeias; 4- Região Barreiro, 10 aldeias; 5- Região Bom Jesus das Selvas,

16 aldeias; 6- Região Zutiua, 11 aldeias; 7- Região Abraão, 19 aldeias; 8- Região Ponta D'água, 19 aldeias; 9- Região Angico Torto, 40 aldeias e 10- Região Lago Branco, com 29 aldeias (Informações Luiz Carlos CR-Arame). Também temos a Comissão de Caciques e Lideranças da Terra Indígena Araribóia (COCALITIA) que, por sua vez, compõe a Articulação das Mulheres Indígenas do Maranhão (AMIMA) e a Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (COAPIMA). A última é a instância de âmbito estadual, representativa dos povos e organizações indígenas do estado do Maranhão.

O outro povo que vive no referido território são os Awá-Guajá, de língua tupi-guarani, grupo em isolamento voluntário, composto por cerca de 60 indivíduos que sobrevivem exclusivamente da caça e da coleta. Precisam, portanto, de florestas vastas e ambientalmente íntegras, sem as quais, não poderão manter sua reprodução física e cultural. Apesar de compartilharmos o mesmo território, historicamente os Awá-Guajá evitam qualquer contato, afastando-se imediatamente de qualquer grupo diverso dos seus, de modo que nós Tentehar respeitamos e protegemos essa autonomia.

Considerando que somos cerca de 476 milhões de indígenas no mundo, 5.000 povos distintos apresentados em 90 países, falantes de mais de 7.000 línguas, 2.680 desses povos estão em perigo, nos colocaram nos 15% dos mais pobres para os padrões não indígenas, 1/3 das mulheres indígenas foram ou serão violadas ao longo de suas vidas (PNUD, WB e Unesco, 2019). Considerando que o Brasil possui mais de 305 povos indígenas, sendo um país pluriétnico, seguido de países como Colômbia (102), Peru (85), México (78) e Bolívia (39), trato neste trabalho de um recorte específico, mas que se justifica em razão do necessário exercício de partir das experiências locais como estratégia de compreensão de como se estabelecem cenários e contextos mais amplos.

Com a superação legal da ideologia integracionista garantida pela Constituição Federal de 1988, os povos indígenas intensificaram o exercício de sua autonomia na relação com a sociedade não indígena e passaram a recontar a história do Brasil a partir de suas perspectivas destacando, inclusive, experiências de suas relações comunitárias que antes eram invisibilizadas e favorecendo cenários para reconfiguração e ampliação de estratégias de atuação organizada e coletiva. Não coincidentemente trato de uma das TIs mais afetadas pela violação de direitos de seus membros e que, conseqüentemente, concentra uma infinidade de memórias e experiências de luta e resistência pela vida humana e pela vida da floresta. Experiências que, apesar de locais, representam exemplos de rupturas com o largo e histórico

silenciamento da significância estrutural dos movimentos de resistência coletivos, especialmente no que se refere à atuação das mulheres indígenas nas lutas de seus povos e na defesa de interesses coletivos (Maria Judite Guajajara, 2020).

Para tanto, provoço reflexões acerca das estratégias de atuação coletiva, com o recorte específico nas experiências, territoriais e acadêmicas, desenvolvidas pelas Tentehar kuzà Ypaw my'ym pe har. Parto da perspectiva enquanto pertencente ao povo Tentehar, enquanto jovem, mulher, graduanda do curso de Ciências Sociais Políticas Públicas da Universidade Federal de Goiás, estagiária da Defensoria Nacional de Direitos Humanos (DNDH-DPU), e acima de tudo, enquanto Wyrataimira. Trato dos modos de participação, desdobramentos e execução de expertises das indígenas mulheres, dentro ou por vezes fora dos nossos territórios, especialmente no que tange a atuação das Tentehar kuzà wà Ypaw my'ym pe har.

De antemão, utilizarei o termo *Tentehar* para referir ao povo Guajajara, pois é um dos termos que utilizamos na aldeia para definir “gente de verdade”, somos *wazay'w yzar*, “donos do cocar”, *Tenetehara* também pode ser usado. Tenho como nome originário Wyrataimira, ganhei este nome do mestre Chicão, líder e referência Tentehar, que atuou diretamente no epicentro da TI Araribóia, lugar onde se concentram as matas virgens, residências dos Awá, terra de encantaria, terra dos nossos *ànàm*. O mestre Chicão, cacique de uma das maiores aldeias do centro da mata, sempre esteve presente na minha infância, na formação de Wyrataimira. Disponho de dupla etnia, sou filha de Surama Guajajara (MA) e João Paulo Karipuna (AP).

Nessa pesquisa foram abordados os trabalhos acadêmicos das Guajaras mulheres: o artigo “A mulher Tenetehara contemporânea: identidade étnica, gênero e movimentos sociais” de Cíntia Silva e Marci Martins (2019), a dissertação de Maria Judite da Silva Ballerio Guajajara (2020), defendida no Programa de Pós-Graduação em Direito (UNB), e a dissertação de Marina Cíntia da Silva Guajajara (2021), defendida no Programa de Pós-Graduação em Linguística (UNB)¹. Trazemos a voz das indígenas autoras para refletir sobre o nosso fazer político-acadêmico e ampliar as perspectivas a partir da visão das Tentehar kuzà. Cabe assinalar que o trabalho de autores não indígenas, que realizaram pesquisas

¹ Cabe ressaltar que Cíntia Silva é mestra em Linguística e Línguas Indígenas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Há ainda outros trabalhos de autoria tentehar que poderão ser abordados na continuidade dessa pesquisa, como monografias de conclusão de curso, e também trabalhos em co-autoria com não indígenas, como sobre o momento da pandemia de Covid-19 (Herbetta et al, 2021 e Pimentel da Silva et al, 2021)

com/sobre indígenas mulheres, também foram analisados e discutidos na direção deste feito, já que podem revelar diferenças de abordagens e de noções mobilizadas.

TENTEHAR KUZÀ/AWÁ WÀ: CORPO-TERRITÓRIO, HISTÓRIA E RESISTÊNCIA

A categoria corpo-território pode e tem a potencialidade de uma infinidade de interpretações e alocações tal qual é a diversidade de mulheres indígenas e suas respectivas intersecções. Como estratégia de delimitação de análise, definimos o recorte das indígenas mulheres da Aldeia Ypaw My`ym. A estratégia utilizada foi compreender suas especificidades a partir das produções empreendidas por elas na tessitura acadêmica. Considero esta uma forma possível de atrelar e verificar como a categoria corpo-território é uma realidade para as mulheres de base e, conseqüentemente, como isso influencia em suas incidências como no próprio espaço acadêmico. Utilizar referências bibliográficas de indígenas mulheres é estratégia que equivale não só a um impacto interno às comunidades, com sua potencialidade de visibilizar e preservar a cultura e a identidade dos povos e se tornar fonte de conhecimento aos próprios indígenas, especialmente para as novas gerações, mas que revela como o dinamismo cultural, social e político foi utilizado como instrumento para acesso ao espaço acadêmico, historicamente negado aos povos indígenas, principalmente às indígenas mulheres. Para viabilizar essa proposta, é indispensável compreender quem são essas mulheres - as Tentehar kuzà wà - onde estão, sob que contexto, ou seja, de onde partem até percorrerem caminhos como os da academia, é o pilar central nesta metodologia. E a categoria corpo-território, visto que representa não só a possibilidade de compreender as especificidades internas do povo quanto como a sociedade externa impõe sobre nós diversas e inúmeras barreiras em razão do corpo-território de onde partimos. Por essa razão, nesta monografia, é importante evidenciar o meu corpo-território, enquanto pertencente ao povo Tentehar.

Um outro caminho foi essencial para complementar essa reflexão, a visão daqueles que são não indígenas, que estiveram entre nós e transformaram escutas e experiências em realizações acadêmicas. Para isso, apresento algumas análises a partir de trabalhos elaborados por não indígenas sobre *zané Tentehar wà*, para potencializar o exercício analítico proposto. Início, portanto, com o autor Emerson Almeida (2019), que partilhou e continua a partilhar muitos momentos em nossa comunidade e em seu trabalho destaca o resgate de dados

fundamentais para compreender a história e o dinamismo do nosso povo por meio de um processo constante de investigação junto às nossas lideranças. O autor registrou o período aproximado de contato com a sociedade não indígena, meados de 1613, à época com uma população estimada em 50.000 indígenas. Destaque também merece o registro de que entre os anos de 1616 e 1640 pelos menos dois grandes ataques foram empreendidos contra o povo Tentehar (Almeida, 2019, p. 20).

Nessa mesma esteira, muito pode ser dialogado com as pesquisas do autor italiano Claudio Zannoni que, também, a partir da convivência com os Tentehar, elaborou diversos trabalhos destacando o contexto social Tentehar, as estruturas organizacionais e de relações internas. Em especial, o autor marcou o período colonial entre os Tentehar caracterizado em três períodos a iniciar no século XVII, em que parte da colonização francesa no Maranhão, que marcou o início da invasão dos colonizadores, que ocasionou mudanças significativas em nossas dinâmicas sociais e políticas e o que coexistentemente, nos forjou para o enfrentamento e manobras contra os impactos subsequentes das fases coloniais. A presença dos Jesuítas nas aldeias Tentehar, de 1653 a 1755, tal qual, incluiu a catequização, a criação de missões, tentativas de introduzir sistemas sociais e culturais europeus. O “Diretório” do Marquês de Pombal, que começou na década de 1750, teve um impacto direto sobre os Tentehar e outras populações indígenas. Zannoni destacou a fala de Darcy Ribeiro sobre a extinção de 87 povos indígenas na primeira metade do século XX, da mesma forma, evidencia a continuidade do etnocídio enfrentado por nós povos indígenas. Esta análise é crucial para entender a persistente marginalização e os desafios enfrentados por nós Tentehar assim como outros grupos indígenas ao longo do tempo. Após 1640, não se tem notícias produzidas acerca dos Tentehar, o que perdura por toda a segunda metade do Século XVIII (UBBIALI, 2005, p.33). A informação é corroborada por Zannoni (1999, p. 44) e por Emerson Almeida que afirma que os Tentehar só voltam a aparecer na literatura disponível no início do século XIX (2019, p. 30).

O reaparecimento Tentehar, após esse contexto, se dá especialmente por processos de violência a que fomos duramente e sistematicamente impostos, não à toa essa realidade se estende até os dias atuais. Especialmente o período de criação e atuação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), de 1910 até 1967 - quando foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que ainda figura como órgão indigenista sob nova nomenclatura, Fundação Nacional dos Povos Indígenas (ISA, s/d) - foi marcado por diversas violências e violações contra os povos indígenas nos termos das políticas, contribuindo com verdadeiros genocídios

e remoções forçadas. As remoções foram só parte das inúmeras violências utilizadas especialmente para não assegurar nossos corpos-territórios. Mesmo os povos que tinham e têm seus territórios assegurados formalmente, ainda padecem de violências estruturais ininterruptas. A exemplo, a Terra Indígena (TI) Araribóia foi demarcada em 1978, mas isso não foi suficiente para evitar que os Tentehar padecessem de outras formas de subordinação.

Existem inúmeros marcadores de violências e estes estão sempre entrelaçados. Um exemplo dessa afirmação são os acontecimentos em meados de 2008, onde iniciam-se as fortes investidas de queimadas contra nossos corpos-territórios. Em 2015, a Terra Indígena Araribóia foi novamente e severamente afetada, com mais da metade dos nossos 413.288 hectares sendo destruídos pelo fogo. Somente depois de muita pressão do movimento indígena, do CIMI, dos órgãos apoiadores da causa indígena, houve ajuda estatal. No ano de 2019, os focos de incêndio em terras indígenas aumentaram em 88%, passando de 231 terras afetadas, em 2018, para 274 em 2019. Este aumento significativo de 18,6% no número de terras afetadas indica uma escalada preocupante na frequência e na intensidade dos incêndios. O aumento das queimadas na Amazônia em agosto de 2019 colocou o Brasil em destaque internacional na Cúpula do G7. Neste ano, em 2024, a Amazônia teve o maior número de queimadas registradas nos primeiros três meses do ano desde 2016. Foram 7.861 focos de fogo no período, um aumento de quase 180% em comparação ao mesmo período em 2023. “A situação é especialmente crítica em Roraima, que concentrou 52% do fogo detectado na Amazônia nesses três meses, acumulando 4.090 focos. Esse valor é o maior já registrado no primeiro trimestre em Roraima nas últimas duas décadas e representa um aumento de 310% em comparação ao mesmo período em 2023 (997 focos)” (WWF-Brasil, 2024). O aumento dos incêndios em nossas terras indígenas destaca a interconexão entre essas práticas predatórias de uso da terra. O cenário revela a urgência de uma abordagem integrada que considere não apenas a resposta para as emergências, mas também a prevenção, a proteção dos direitos dos povos indígenas, a adoção de práticas de transformação sustentável para a dignidade humana e da floresta.

No Maranhão essa realidade se estendeu e continua se estendendo também aos demais povos, como os Krikati, Gavião, Ka'apor, etc. Um outro elemento potencializador dessas violências é a cultura racista propagada e alimentada entre as populações dos municípios circunvizinhos aos territórios. A maior parte dessas cidades eram antes territórios ancestrais e o racismo, preconceito e ódio se tornaram armas essenciais nas mãos de quem usurpou, continua a usurpar ou quer usurpar nossos territórios, nossos recursos naturais. Não

estranhamente o município Amarante-MA, em que está localizada a TI Araribóia, foi e é palco de violências contra indígenas sempre marcadas pelo requinte de crueldade.

Não há desconexão em introduzir todos esses temas exatamente nessa sequência. Pelo contrário, como mostra o Sumário Executivo do Relatório *Acesso à Justiça para Povos Indígenas no estado do Maranhão*, "O estado do Maranhão é profundamente afetado por dinâmicas históricas e entrelaçadas de degradação ambiental e de violência contra as vidas, as formas culturais de organização e outros direitos dos povos indígenas e tradicionais" (HIVOS, s/d). Nesse cenário, as indígenas mulheres e seus corpos-territórios são imediata e diretamente afetados, desde o comprometimento dos alimentos por elas colhidos, a reorganização da estrutura familiar para se preparar para enfrentar incêndios, como outros desafios.

A cidade de Amarante, como mencionei, município limítrofe à Terra Indígena Araribóia, é palco de violências, ponto de partida para as violências que adentram os territórios e receptora dos produtos ilícitos, em que se gestam iniciativas como as que resultaram em massacres, como o ocorrido na Aldeia Lagoa Comprida, TI Araribóia em 2019:

No dia 15 de outubro, um grupo de madeireiros invadiu a aldeia Lagoa Comprida atirando nas casas e amarrando alguns indígenas e batendo neles. O cacique Tomé reagiu e matou um dos madeireiros, mas por sua vez foi morto por eles e foram baleados gravemente Maria Madalena e Toninho Guajajara. Após a morte os indígenas se reuniram em assembleia e decidiram criar o grupo Guardiões da Floresta formado por indígenas que assumiram para si a fiscalização do território. A partir desse momento as violências começam a aumentar. Isto especialmente quando esse grupo deixa de receber o apoio da Polícia Federal e da FUNAI. Várias lideranças foram mortas: entre 2000 e final de 2019 foram assassinadas 18 pessoas na T.I. Araribóia, parte delas ligadas aos Guardiões da Floresta. (ZANNONI, 2021, p. 213-4).

Dessa maneira, nota-se o evidente impacto acintoso na disputa e na violência contra o nosso corpo-território. De tal modo que, nós povos indígenas historicamente somos obrigados a reconfigurar nossos processos de luta conforme se estabelece o dinamismo das violações

que nos perseguem. Zannoni (1999) já fazia alertas nesse sentido ao refletir sobre o fato de um dos inimigos se personificar na própria sociedade e a luta também passar a ser fora do território.

No que se refere a saúde dos povos indígenas, soma-se a esta conjuntura, a atuação do Dr. István (Varga e Viana, 2008) que oferece uma análise de mudanças ambientais e socioeconômicas que afetaram o Distrito Sanitário Especial Indígena do Maranhão (DSEI-MA)², destacando nossos desafios enfrentados na busca pela nossa saúde e qualidade de vida.

A expansão do capital nas TIs, como comprovado, o assoreamento e a seca do rio Buriticupu, é um exemplo nítido dos danos ambientais provocados pelos *karaiw* (não indígenas). O rio Buriticupu é o único ainda perene na TI Araribóia, é crucial para nossa sobrevivência. A degradação dos recursos naturais compromete a segurança alimentar e exacerba problemas de saúde, como doenças relacionadas à poluição e à falta de saneamento. A situação descrita pelo Dr. István (Vargas e Viana, 2008) reforça como as mudanças ambientais não são apenas questões ecológicas, mas também problemas de saúde pública, de segurança pública e de bem-estar social. Além disso, o autor destacou a participação efetiva dos indígenas no diagnóstico das condições e conduções do DSEI-MA que foi cabal para identificar e compreender os impactos da expansão do capital e o agravamento das condições de vida. A nossa inclusão no processo de triagem garantiu que nossas perspectivas e experiências fossem consideradas, levando a uma compreensão íntegra dos problemas para soluções cabíveis. Após 13 anos desde a denúncia inicial, o levantamento do Dr. István (Varga, Viana e Oliveira, 2022) destacou a persistência dos problemas ocasionados pelos *karaiw* e a necessidade de uma abordagem mais ativa para enfrentar as questões relacionadas ao DSEI-MA. O fato de que os problemas persistiram indica que as medidas tomadas até então foram inadequadas ou insuficientes para lidar com a magnitude dos desafios enfrentados. O trabalho do Dr. István (Op. Cit.) também abordou as dificuldades enfrentadas nas instâncias de controle social do Sistema Único de Saúde (SUS). Essas dificuldades são

² O DSEI-MA, criado em 1999, é a unidade gestora descentralizada do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS). Trata-se de um modelo de organização de serviços – orientado para um espaço etno-cultural dinâmico, geográfico, populacional e administrativo bem delimitado – que contempla um conjunto de atividades técnicas, visando medidas racionalizadas e qualificadas de atenção à saúde. Promove a reordenação da rede de saúde e das práticas sanitárias e desenvolve atividades administrativo-gerenciais necessárias à prestação da assistência, com o Controle Social. No Brasil, são 34 DSEI divididos estrategicamente por critérios territoriais, tendo como base a ocupação geográfica das comunidades indígenas. Não obedece os limites dos estados. Sua estrutura de atendimento conta com unidades básicas de saúde indígenas, polos base e as Casas de Saúde Indígena (CASAI) (Ministério da Saúde, 2021)

atribuídas a ambiguidades na redação da Lei n. 8142/1990, que regulamenta a participação da comunidade na gestão do SUS. A complexidade e as lacunas na legislação refletem uma conjuntura política em que a lei foi negociada, resultando em desafios para a implementação efetiva dos dispositivos legais que deveriam garantir a participação e o controle social de forma adequada. A análise de István sugeriu que os problemas enfrentados nas instâncias de controle social não são novos, mas sim decorrentes de uma combinação de fatores políticos e legislativos que comprometeram a eficácia do SUS em atender às necessidades específicas dos povos indígenas. Por esse motivo nosso corpo-território precisa ocupar todos os espaços, para nossa segurança. Assim como tivemos um dos primeiros vereadores indígenas do Brasil, na figura do meu bisavô Luís Karipuna, como tivemos o primeiro Deputado Federal indígena do Brasil, Mario Juruna, a primeira Deputada indígena eleita, Joenia Wapichana, a primeira Ministra indígena, Sonia Guajajara, temos atualmente, como Coordenador do DSEI-MA, o primeiro neto da linhagem do matriarcado da Kari'amora, o primeiro indígena eleito para a coordenação do DSEI-MA para resignificar esses espaços.

Como mencionei, historicamente, nós Tentehar, como inúmeros outros povos, resistimos em nossos e para nossos territórios, voluntária e involuntariamente contribuimos com a humanidade através de nossos modos de vida que asseguram a preservação ambiental e a proteção da biodiversidade para as presentes e futuras gerações. À medida que as violências ocorrem e se intensificam, somos provocados a reconfigurar sistematicamente estratégias de luta como forma de resistência. E é nessa resistência, de enfrentamentos constantes em que estamos quase sempre sozinhos, que contribuimos para a coletividade humana, para o planeta. A ONU já demonstrou que, apesar de representarmos só 5% da população mundial, preservamos em nossos territórios 80% da biodiversidade do planeta. Nossa luta, e muitas vezes o nosso sangue que é derramado nela, tem assegurado uma contribuição valiosa para o cenário de mudanças climáticas, com territórios coletivos que evitam a emissão de toneladas de CO₂. Essas contribuições se devem em muito às mulheres indígenas, que exercem papéis cruciais dentro das organizações sociais, das estruturas comunitárias e familiares e do próprio movimento indígena.

Historicamente cuidamos do nosso corpo-território. Segundo, Myrna Cunningham, presidente da FILAC (Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe), 45% das florestas intactas da bacia amazônica estão localizadas em territórios indígenas o que ressalta o papel decisivo dessas terras na conservação ambiental e na mitigação das mudanças climáticas (ONU para Agricultura e Alimentação, s/d). Este dado

não só enfatiza a importância da proteção desses territórios, mas também sublinha a necessidade de incluir as vozes e perspectivas indígenas nas discussões globais sobre questões ambientais e climáticas. Os territórios indígenas na Amazônia representam uma porção significativa das florestas intactas, que armazenam aproximadamente 34 bilhões de toneladas métricas de carbono. Este estoque é maior do que o de todas as florestas da Indonésia ou da República Democrática do Congo, nós somos responsáveis pela governança e manejo de uma vasta extensão de florestas, variando de 320 a 380 milhões de hectares, é evidente o nosso papel vital na saúde do ecossistema. “Os custos políticos de ir contra a opinião pública são reais, mas permitir que esses custos exerçam uma influência indevida na política leva a danos climáticos desnecessariamente grandes ou a gastos desnecessários de dinheiro público ou privado para proporcionar um progresso limitado na frente climática” (Blanchard, Gollier e Tirole, 2023). Precisamos respeitar o que nos dá a vida, é a partir dessa primazia que nós temos sucessos milenares no cuidado florestal.

As mulheres indígenas desempenham um papel irrefutável na gestão e preservação ambiental. Sua conexão intrínseca com a terra e o conhecimento tradicional acumulado ao longo de gerações oferecem uma perspectiva fundamental para a compreensão e mitigação da crise ambiental. Tratar a terra como mercadoria e precificar seus recursos de maneira sórdida e exploratória é um grave erro ético ambiental. A visão capitalista desconsidera a essência e o valor intrínseco da natureza. Por essa razão, as práticas e a liderança das mulheres indígenas muitas vezes incomodam aqueles que buscam mercantilizar e explorar os recursos naturais sem levar em consideração o impacto ambiental. A resistência a essas práticas não é apenas uma questão de interesses econômicos, mas também uma forma de tentar desacreditar ou marginalizar perspectivas alternativas que desafiam o status quo. A crise ambiental atual exige uma reeducação que vá além das soluções superficiais e adote uma visão mais profunda e respeitosa da natureza. É urgente substituir a abordagem capitalista e exploratória por uma que valorize e preserve a terra e os recursos naturais. A transformação necessária para tanto passa inevitavelmente pelo reconhecimento e valorização das contribuições e saberes indígenas, especialmente das mulheres, cujas práticas e visões podem guiar um futuro digno.

A afirmação, aparentemente genérica, de que os povos indígenas enfrentam diversas violências e violações e que contribuem com todo o planeta, na verdade guarda interseccionalidades que nem sempre são erigidas à centralidade dos debates. Nesse sentido, diante dessa diversidade de temas, entres os quais os corpos e as corporalidades, a categoria corpo-território é elementar:

Quando falamos de corpo-território, estamos falando que nós carregamos heranças ancestrais, que carregamos heranças espirituais nos nossos corpos e, além das heranças, carregamos a sabedoria coletiva dos nossos povos. E embora possamos estar em um outro lugar que não é mais o nosso território dito tradicional, carregamos no nosso corpo a marca da coletividade dos nossos povos, a sabedoria das nossas anciãs, a nossa ancestralidade e espiritualidade. (ANMIGA, 2023, p. 7)

A Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) evidencia a espiritualidade como um fator determinante, compondo a cosmovisão dos povos indígenas enquanto corpo, território e espiritualidade. Ou seja, tudo é integralmente fundamentado a partir disso, das pequenas às maiores coisas no cotidiano do/a indígena, é constantemente interligado a essas práticas na adoção de suas funcionalidades/atribuições, direitos/deveres, enquanto indivíduo de um determinado povo, naquele determinado bioma. Por essa razão é um corpo indissociável. Zannoni já registava essa prática entre nós Tentehar:

Existe, assim, uma estreita relação entre a festa do milho e a festa dos rapazes. Se os ensaios da festa do milho têm início logo com o desabrochar dos pendões, as flores do milho também dão início aos ensaios da festa dos rapazes, a qual ocorre com as mudanças da fala e do corpo para os adolescentes do sexo masculino. O principal momento da festa ocorre com o amadurecimento das espigas fechando um ciclo de plantação e cultivo. Da mesma forma, o auge da festa dos rapazes fecha um ciclo do ritual de passagem da infância para a vida adulta, anunciando o amadurecimento dos meninos. A celebração também envolve sentimentos, emoções e lembranças do passado, além de renovar e fortalecer o espírito dos participantes. Nesta ocasião, são lembrados os antepassados, os ancestrais, aqueles que já se foram. (ZANNONI, 2021, p. 132)

Corpo-território enquanto categoria surge no movimento de mulheres indígenas como estratégia para se fazer entender a estreita e indissociável relação com que os corpos de mulheres indígenas mantem com seus territórios amplamente compreendidos. Não diverge,

portanto, do que Zannoni revela acima, de como a existência dos Tentehar enquanto tal está estreitamente vinculada à forma como se relacionam com seus territórios.

Nesse aspecto, o trecho apresenta essa relação entre os Tentehar, fundamentando a ação do equilíbrio e sintonia entre corpo-território e espiritualidade, à proporção que, nos rituais sagrados, como a festa do milho e a festa dos rapazes, ambos são partilhados, transformados juntos. Entre os rituais, estão presentes as caças, os frutos, os alimentos, que para além de nutrir fisicamente, nutrem o espírito também. Deste feito, todos nós, incansavelmente, pronunciamos o respeito a todas as vidas existentes na floresta, é unânime. Portanto, nossas visões de mundo e sobre criação de mundos são singulares. No meu mundo, na cosmovisão do Tentehar, a origem do fogo chega ao Salomé, até ele passar para os mais novos, até chegar a mim, como também, registou Zannoni:

Os velhos contavam que no começo do mundo, o índio não tinha fogo. Para assar alguma coisa ele a colocava em cima de uma pedra quente do sol. Eu não sei, então, como é que ele vivia desse jeito. Quem usava o fogo naquele tempo era o urubu-rei. Este carregava o fogo em todo canto. Um índio, que era pajé, pelejou muito para poder agarrar um pouco de fogo. Esse índio virava carniça e se enterrava debaixo das folhas secas para que essas pegassem fogo e ele pudesse pegar um fogo para ele. Mas nunca conseguiu. Um dia ele se transformou em carniça de jiboia e foi debaixo de muito cipós e paus podres. Quando os urubus chegaram, o urubu velho disse: eita, vou comer um bocado de peixinhos, de piabinhas no moqué, que eu gosto muito. Fizeram um fogo grande. Quando este estava alto, o pajé que havia virado carniça levantou de repente a fim de espantar os urubus-rei. Assim espalhou fogo para todo lado até que um cipó velho pegou fogo. Logo ele juntou um pouco de areia e alguns paus que colocou em cima de umas pedras que, daquele momento em diante viraram pedras “boas de fogo”. Até hoje o índio quando quer fogo ele esfrega uma pedra com a outra e essas produzem faíscas. Assim ele pode guardar o fogo que hoje nós índios usamos. O urubu-rei, ao invés, espantou-se e fugiu ficando sem o fogo. Assim nós hoje temos muito fogo. (Salomé Maizu Apud Zannoni 2021 p. 192).

Assim como temos nossa ciência sobre a origem do mundo, do fogo, o Tentehar exerce a função de *chefe de uma família extensa*, de modo que, utilizamos para nos

caracterizar e organizar socialmente. Neste especto, entre os anos 90 e 92, minha bisavó Luzia Guajajara, residente na TI Araribóia, na aldeia de mesmo nome, uma mulher inteiramente segura de si e de suas realizações, sempre nos ensinou a ter respeito pela mata, pelo rio, pelas raízes, pela chuva, pelos animais. Nos ensinou a importância de cada um deles no nosso dia a dia, nos ensinou a ter respeito por todos os elementos proporcionados pela floresta, e que cada um deles tem dono, pois cada elemento tem vida e vida nós respeitamos. Dessa maneira, minha bisavó chefiava e liderava a família, levava o sustento, o alimento para casa. Ela sempre foi muito sábia, dispunha de uma espiritualidade forte, sempre em sintonia com o mundo dos *ànàm*. Minha bisavó iniciou a roça com finalidade de não faltar à mesa. Nessa direção, roça também é uma construção corpo-território de respeito, de sintonia que perpassa o mundo das matas, das águas, dos *ànàm*. Assim, após finalizada a roça, minha bisavó começou a chamar a família e, aos poucos, foram criando casas, e mais filhos e netos se aproximaram. A partir desse roçado a aldeia Ypaw Myz`ym foi alicerçada. Assim originam-se as aldeias Tentehar, através do contato espiritual com a floresta, através da roça, assim nos é ensinado. Luzia Guajajara atuou, então, como uma das primeiras figuras femininas enquanto liderança. Após minha bisavó encantar e ficar junto dos nossos *ànàm*, minha avó, Maria Santana (Kariamora), ascende e assume o posto de líder da família. Atualmente a aldeia Ypaw my`ym integra cerca de 17 famílias, com uma população em torno de 90 pessoas. Luzia Santana e Maria Santana revelam o exemplo concreto de como a mulher indígena Tentehar exerce um papel estrutural para existência do coletivo e de como essa existência humana se confunde diretamente com o território através da relação de pertencimento. Guardiãs genéticas, guardiãs da cultura, guardiãs da identidade, mulheres que talvez não tenham sido reveladas ao conhecimento da massa, mas que com sua sabedoria ancestral contribuíram e contribuem para resguardar a própria existência humana através de suas resistências que é a viga de sustentação da luta indígena.

Nesse rumo, esta composição origina-se através desses espaços e mundos, desta indissociabilidade que deve ser mantida e respeitada, por compreensões que constituem os sujeitos de maneiras mais significativas, a fim de levar em consideração, não só, mas indubitavelmente, o pensamento indígena, para anular qualquer prerrogativa pretensiosamente infundada do não indígena. Parto de um núcleo familiar de tentehar kuzà wà, parto da vivência, de atividades em comunidade, na roça, na vida coletiva, junto ao sagrado, à floresta. Parto das experiências na aldeia, em atividades que nos envolve, que

lançam luz às atuações coletivas, pertencemos ao povo que “combate guerra com reza” (ALMEIDA, 2019, p. 14).

2-TENTEHAR KUZÀ WÀ, YPAW MY'YM PE HAR: ATUAÇÃO POLÍTICO-ACADÊMICA

Considerando, efetivamente, a relação dos povos e especialmente das indígenas mulheres com seus territórios, a importância desses para a existência coletiva e o papel fundamental exercidos por elas, esta seção está dedicada à análise de um recorte específico sobre uma dentre as várias formas possíveis de resistência das Tentehar kuzà. Despreendendo de qualquer rigidez, a análise é conduzida sob a percepção de mulheres da Aldeia Ypaw My`ym , como a advogada Maria Judite da Silva Ballerio Guajajara, a pedagoga Cintia Maria Santana da Silva, a assistente social Suluene Santana Guajajara, mencionada no trabalho de Cíntia, e a linguista Marina Cintia da Silva Guajajara que desenvolveram trabalhos acadêmicos em interlocução com suas lutas e de modo a mostrar como suas produções tem origem no território e como também orientam a luta em favor dele. Ou seja, objetivo provocar uma reflexão, que não se esgota nesse momento, sobre a relação entre seus discursos, lutas, realizações e o corpo-território. Definir um recorte específico a partir das indígenas mulheres que tiveram acesso à universidade e aprofundar sobre o que produziram na academia representa um instrumento por meio do qual há possibilidade de maior compreensão do mundo Tentehar, porém, mais que isso, demonstra como os corpos-territórios, em especial, o da mulher indígena é capaz de transitar em diversos meios sem perder sua essência e (re)configurando saberes, conhecimentos, etc.

O processo de escolha de mulheres de uma mesma linhagem também representa uma estratégia contra-colonial. Muitas vezes, as leituras que se fazem de nossas realidades não são necessariamente fidedignas, seja em razão dos preconceitos de quem nos observa ou mesmo pelo fato de que precisamos romper com o estereótipo que não permite reconhecer que a cultura indígena, assim como diversas outras, também é muito dinâmica. E um povo por inteiro que, segundo pesquisadores, estaria fadado ao desaparecimento ou a aculturação, resiste há cerca de 400 anos:

O povo tenetehara foi fortemente atingido pelo sistema colonial. Os invasores não indígenas os encontram no início do século XVII e, em estudo dos anos 40, Wagley e Galvão (1961) chegaram a afirmar que

os tenetehara após intenso contato com a sociedade brasileira, não resistiriam ao “processo de aculturação” e que não demoraria muito para que esse grupo desaparecesse enquanto um “povo tribal”, tornando-se “caboclos” (Ponte e Aquino, 2012 apud Silva e Martins, 2019, p.5).

Para Judite Guajajara, advogada indígena, nascida e criada na Aldeia Ypaw My`ym, alfabetizada por Cintia Guajajara, neta de Kariamora, esse processo se traduz, dentre outros, na força do movimento indígena que reconfiguram as históricas raízes da colonização que tentaram e tentam diligenciar e subordinar as mulheres indígenas.

Os constructos que estigmatizam a figura feminina indígena passam a ter novos contornos, propiciando a visibilidade de quem trabalha o rompimento com estereótipos herdados de uma colonização hegemônica, cujas concessões se resumiam em direcionar esse recorte a papéis comuns à categoria generalizada (Judite Guajajara, 2020, pág. 32)

É preciso reconhecer os elementos distintivos que referenciam uma comunidade indígena, especialmente aqueles que historicamente foram desconsiderados por autores e pesquisadores, mas que são elementares à sociedade indígena a exemplo dos papéis estruturais que as mulheres Tentehar desempenham para a existência indígena. Além das reconfigurações internas, que são independentes de impactos de ações extra indígenas, fomos também marcados por processos paralelos que nos impactam diretamente nos forçando a realizar reconfigurações. O artigo de Cíntia Guajajara, em co-autoria com Marci Martins, traz a voz de Maria Santana, de nome indígena Kariamora, que pontua sobre o período de ação do SPI entre nós de forma específica:

zaha tar brasilia pe, ma'e ar mehe ma'e xixak, ma'e rakykwer romo zaha tar a'e pe. (vamos para Brasília, quando iremos e o que vamos fazer? Atrás das coisas lá) Não sei como eles chegavam lá; iam até a presidência na época era Emilio Basto de Sousa, não sei como eles iam viajar de carona, mas viajavam, mais era de pé, mas chegavam em Brasilia. E as mulheres, elas ficavam naquela preocupação, xe, oho zanemen kwe rupi zanewi wa' xi iko katete zane nehe no, pez 'e

ze'eg zo pe nehe no. (nossos maridos foram por ai, vamos ficar na perfeição, silenciosamente). Tinha conselhos a'e mehe, dentro da comunidade indígena, a índia mais velhas se organizava para fazer farinha, ai ficavam os outros homens na aldeia como Salomé poderia ir para Brasília, José Saprão, Marciano eles eram sub-caciques e outros ficavam como compadre Abraão e compadre Adão. A gente se organizava para ir pro mato fazer caçada, aí eu dava munição meu comportamento dentro da comunidade como indígena. Iniciava nossa vida assim, ai os homens faziam farinha tinha muita mandioca, tinha muita fartura, não tinha água só tinha cacimba no jatobá, ai o que acontecia: os outros tava viajando em busca da solução e as mulheres se reuniam zaha tar aipo ka'a pe amo semana rehe zane nehe no. (Nós iremos também para mata na outra semana) Iam as mulheres as crianças os homens carregavam a farinha e água naquele tempo não tinha água e nem cacimba no jatobá, era um ponto de caçada dos Tenetehára do Juçaral e região, como tu ainda acompanhou esse tempo... deixou tua filha com 3 meses na aldeia e foi para mata com nós e com três dias tu veio embora. Chegando lá os homens iam caçar, matava caça, veado, duas guariba, jacu. E eu como era mais liderança, parteira, tinha dado a munição ganhava mais que as outras. Se eles matava um veado, eu ganhava uma banda do veado; de duas guariba, ganhava uma inteira; jacu e era assim que nós leva a vida. Eles dividiam a caça com quem não matava, lá na mata as mulheres que cuidava da caça, antes nós indígenas era mais unidos acabou se tudo se acaba...enquanto uns iam para Brasília, outros iam para caçada, trabalhavam em união e mutirão nas derruba da roça até o plantio. Era tudo em mutirão e quando nos chegávamos na aldeia da caçada, nós ia repassar para as outras mulheres que tinham ficado na aldeia. Aiko uruhem kwez, amogwer rakwez uma'ezuka wà ri'i, amogwer numa'ezuka kwaw rakwez wà ri'i. (Nós chegamos agora, aqui, uns mataram caças e outros não mataram nada.) Então agente dividia da caça para as outras, dava caça moqueada com farinha e elas comiam lá mesmo...antes nossa vida era assim: tudo na união, nossa vida se iniciava assim. (Kariamora apud Silva e Martins 2019, p. 117-8)

Kariamora reforçou: "[...] tu ainda acompanhou esse tempo... deixou tua filha com 3 meses na aldeia e foi para mata com nós e com três dias tu veio embora. [...] lá na mata as mulheres que cuidava da caça" (op. Cit, p.118). São essas mulheres que reconfiguram sistematicamente o processo de luta e resistência de seus povos, inclusive como guardiãs da identidade de seus povos. A fala: *Pe inú katu nehen*, que significa "escutem bem", é muito utilizada entre nós. Eu enquanto uma das gerações mais nova tenho o papel de ouvir e aplicar esses ensinamentos futuramente, é assim que fazemos em nossa comunidade, como nas pinturas de proteção de uso exclusivo do ritual das tentehar kuzà, que estou passando a exercer. A caça era atividade característica masculina, como registrou Zannoni (2021, p. 123). A fala de Kariamora, minha *Zaryz*, traduz como foi esse processo de mudança, em que a caça não é mais exclusiva dos homens. Ao mesmo tempo, a permanência do tio Abraão na aldeia como citado por *Zaryz*, futuramente impactou em minha vida, assim como em outras. Eu amava encontrá-lo para conversar, ouvir suas histórias. Impactou também em um dos momentos mais marcantes para nós mulheres tentehar, o *Wyra'u Haw*, o rito de passagem feminino. A presença dele no meu rito de passagem, em 2013, foi extremamente significativa para mim. Fez-se importante a permanência dos que ficaram na base, na aldeia, para o repasse de conhecimentos tentehar para as novas gerações. Em função disso, o protagonismo indígena não é necessariamente iniciado no contexto externo e imposto à realidade indígena. Pelo contrário, os Tentehar, em especial as mulheres de base, assumiram um protagonismo intracomunitário e isso foi se refletindo no mundo externo, onde as mulheres passaram a assumir também as linhas de frente das lutas coletivas e do movimento indígena como um todo. As mulheres indígenas assumem status de lideranças indígenas, essa entendida como aquela "reconhecida por sua capacidade de falar por muitos, em nome de muitos" (Silva e Martins 2019, p.111). Cintia Guajajara também destacou a importância do vínculo geracional que assegura não só a manutenção das estruturas da identidade indígena, mas também o próprio repasse de conhecimentos, como temos feito a milênios, sabedorias e a preparação de novas lideranças com base no compromisso com o coletivo e com os/as anciãos/as:

[...] e quanto à liderança, o espaço que estou ocupando hoje, vem da raiz". "[...] nós temos um grande respeito pelos cantores, pelos pajés, porque eles é que tá nos ensinando, e hoje eu trago essa raiz revitalizada, essa força da tradição, nossa raiz, da nossa tradição e trago vivo e vou manter a sequência dessa força pra minha família pra

minhas filhas, pra minhas netas e pra minhas bisnetas. (Cintia Guajajara apud Silva e Martins 2019, p. 119)

Nessas mesmas condições, residente da Ypaw My'ym, a linguista Marina Guajajara, professora formadora de crianças no ensino polivalente das escolas estaduais da Terra Indígena Arariboia-MA, é pioneira, uma vez que uma indígena falante de língua Tupi-Guarani se propôs a realizar uma análise linguística histórico-comparativa, o que foi possível por contar com dois especialistas no estudo da pré-história de povos Tupi, o arqueólogo Francisco Silva Noelli e a linguista Ana Suelly Arruda Câmara Cabral. O trabalho da pesquisadora Tentehar proporcionou um avanço significativo na reconstrução do Proto-Tupi-Guarani (PTG), especialmente no âmbito da saúde. A reconstrução de étimos relativos a saúde, doenças, epidemias e tratamentos ofereceu novas compreensões sobre o conhecimento e práticas das sociedades Tupi-Guarani. As abordagens de estudo foram as práticas de saúde através do conhecimento repassado de forma oral da líder Cintia Guajajara, licenciada em Educação Intercultural (2014) pela UFG, através de seu testemunho que tratou de como nós Tentehar nos mantemos e nos reinterpretemos em nossas práticas tradicionais de saúde. Outra abordagem de Marina Guajajara envolveu a análise etimológica e a comparação de cognatos entre várias línguas Tupi-Guarani. A pesquisa destacou a importância do conhecimento tradicional e da oralidade como fontes primárias de dados sobre práticas culturais e científicas. Além disso, a integração de conhecimentos Tentehar com métodos acadêmicos não só enriqueceu a análise linguística, reforçou a relevância e a precisão dos dados, mas também reforçou uma provocação sobre a resistência e preservação das nossas línguas, promovendo a preservação do patrimônio cultural e a inclusão das vozes indígenas nas discussões acadêmicas e globais. Isso foi importante para a compreensão do desenvolvimento e da continuidade cultural dos Tupi-Guarani como assinalou Marina:

É impressionante o número de correspondências lexicais e gramaticais entre o Guajajára e o Guarani Antigo. Os resultados da comparação apresentados nesse capítulo é, sem dúvida, uma contribuição singular aos estudos histórico-comparativos da família Tupi-Guarani. Esta dissertação foi uma porta que se abriu para a principal protagonista desta dissertação, para que ela, como indígena conhecesse e praticasse o estudo histórico-comparativo de sua língua nativa com outras línguas irmãs e despertasse seu interesse pelo gosto

por esse tipo de estudo, que nos leva em uma linda viagem pela pré-história e história do povo Tupi-Guarani. (Marina Cintia 2021, p. 56)

Autoras como Marina ascendem as luzes contra o sistema infundado do etnocídio imposto sobre nossos corpos-territórios. A autora Judite Guajajara, em sua dissertação de mestrado, reafirma esse fator de resistência destacando que as mulheres indígenas

cumprem mais que triplas jornadas, são as guardiãs da cultura e dos conhecimentos tradicionais e reafirmam suas identidades mesmo dialogando com o mundo exterior, sem que haja hierarquia de protagonismos. São faces de uma luta que se complementam em cada aspecto de resistência" (Judite Guajajara, 2020, p. 36).

Apesar do histórico silenciamento, o recorte de gênero sempre existiu entre nós, veja-se o fato de que "grande parte das violências praticadas contra os povos indígenas, desencadeadas por motivações técnicas étnicas, recaem especificamente sobre as mulheres, utilizadas como meio de consumir os atos de violência contra suas vidas e suas culturas"(Judite Guajajara, 2020, p. 60). Nessa mesma linha, a líder Suluene Guajajara, uma das mulheres que ajudou a nos criar, a nos repassar os conhecimentos do cuidado com a família, do cuidado com o amor tentehar, forte liderança de base para a nossa luta, que atua na linha de frente das construções e estratégias internas do nosso meio, de maneira prática, a partir de um posicionamento muito específico e comunitário, exemplifica as afirmações supramencionadas na perspectiva teórica:

Sou Suluene Kuzàwy Tenetehára [...] e quanto a liderança, o espaço que estou ocupando hoje, vem da raiz, eu vou falar um pouco da minha mãe, o depoimento da minha mãe, que nós somos de uma família de mulheres que temos pouco homens na família e pela necessidade, por nós ter poucos homens na família, as mulheres ter ocupado espaço junto com os homens, no trabalho, nas pescarias, nas roças, sempre trabalhar de igual pra igual com os homens, porque nossa família tinha poucos homens, e os poucos homens que tinham lideram as outras mulheres. Nós temos muitas mães solteiras na nossa família, e por nos ser família de poucos homens ocupamos os espaços muito cedo. Minha mãe se tornou liderança muito cedo, se tornou

parteira aos 15 anos por necessidades. [...] (Suluene Guajajara apud Silva e Martins 2019, p.113).

A partir dos trabalhos referenciados se observa como mulheres Tentehar de base comunitária, que conseguiram acessar o ensino superior, demonstram o dinamismo da cultura indígena e seus reflexos sobre as comunidades. Uma comunidade tem o poder de se reconfigurar, sem mudar as estruturas de sua existência enquanto diversidade através do protagonismo das indígenas mulheres. O corpo-território abriga as experiências dessas mulheres que assumem, às vezes por necessidade, a condução de suas vidas, o que reflete diretamente em toda a dinâmica da Terra Indígena Araribóia, pois elas representam o pilar que hoje sustenta a condução da organização política e cultural do território. Se rompe com o histórico machista de que os homens são os únicos representantes e condutores na vida indígena. Suluene demonstra que, com a insuficiência de homens no conjunto de uma família extensa, as mulheres Tentehar como “membros” dessa família seriam indicadas pelas lideranças para ocupar, dentre outros, funções comunitárias e cargos públicos.

A despeito de toda vulnerabilidade a que ainda são submetidos os povos indígenas, com acesso à educação ainda precário, por exemplo, essas mulheres de forma resistente se organizam e se preparam para assumir os diversos espaços a partir da própria formação acadêmica que se soma ao contexto comunitário. Suluene Guajajara, Kuzàwy, realiza uma verdadeira vinculação com outras categorias que são essenciais e indispensáveis para entender as reconfigurações dos Tentehar. Sob uma perspectiva geracional, com mais condições de acesso à educação, e de que indígenas mulheres têm formas próprias de luta que não se enquadram em categorias externas pré-existentes, ela afirmou: “(...) Temos jovens estudantes, acadêmicos graduados, sempre ligados na raiz sempre ligados no conhecimento tradicional e aqui eu não sou feminista, mas sou feminina de estar no cargo de estar de igual para a igual conquistando cada vez mais o respeito dos parentes. [...]”. (Silva, Martins 2019, p. 121).

Merece destaque a afirmação feita por Suluene, pela resistência de enquadrar a luta das indígenas mulheres às categorias não indígenas como feminismos, etc. A politização das mulheres indígenas e a reivindicação de direitos mais particularmente relacionados ao seu gênero, não podem ser interpretadas, automaticamente, como a tentativa de compartilhar os mesmos direitos acionados por mulheres de outros contextos culturais não indígenas. (Silva, Martins 2019, p 121). Para Judite Guajajara, é importante o recorte específico da luta das

mulheres indígenas pois "Em razão da especificidade de suas identidades, as mulheres indígenas padecem de vulnerabilidades singulares promovidas essencialmente por quem detém o poder de instrumentalizar ausências" (Judite Guajajara, 2020, p. 35). Mas, alerta o mesmo que Suluene, o necessário cuidado para não enquadrar o movimento de mulheres indígenas em enquadramentos que não lhes cabem (Op. Cit.).

Ao mesmo tempo, as indígenas mulheres dos povos Krikati, Krepyn katejê, Timbira, Canela Memõrtumre, Canela Ramkokamekrak, Gavião Pukobjê, Krenjê, Guajajara, Ka'Apor, Awá Guajá, Gamela e Tikuna fundaram e potencializaram a Articulação das Mulheres Indígenas do Maranhão (AMIMA) como espaço agregador de experiências e de construção de resistências contra os ataques a seus direitos. A AMIMA influencia na construção de políticas públicas, fomenta a participação nos espaços de poder e tomada de decisão, ao tempo que constrói estratégias de ação pela igualdade de gênero e pelo empoderamento das mulheres. As Tentehar na AMIMA qualificam a luta a partir do fortalecimento de seus saberes tradicionais, das experiências milenares e da diversidade inerente às suas culturas e identidades. Como exemplo de iniciativas, cito o apoio a projetos de resgate e proteção das medicinas tradicionais que visam integrar e valorizar o conhecimento ancestral, o manejo e restauração das plantas - considerado o meio ambiente ecologicamente equilibrado e sua importância para o equilíbrio do corpo, da mente, do espírito, do corpo-território. Território, que apesar de ser uma pauta coletiva de interesse universal dos povos indígenas, sua violação atinge os povos indígenas de formas diferentes.

Judite Guajajara enfatizou que essas mulheres indígenas:

Insistem em prol da sobrevivência de suas comunidades ameaçadas principalmente, por decisões políticas e jurídicas. São vozes que sempre estiveram presentes nas linhas de combate e nos gritos de resistência ao genocídio declarado, mulheres, lideranças e guerreiras que se potencializam no combate às violências que afrontam seus territórios, seus corpos e seus espíritos (Judite Guajajara, 2020, pág. 31).

Em consideração a atuação política Tentehar kuzà, destaco uma breve troca com Cintia Guajajara, vice-coordenadora da AMIMA, habitante da aldeia Ypaw My'ym, mulher guerreira que faz a prática do repasse de conhecimento, a preservação e manutenção da nossa cultura, atua na academia e na política. No dia 19 de março de 2024, na aldeia Ypaw My'ym,

tive a oportunidade de ouvir questões sobre a atuação das mulheres indígenas na gestão e preservação ambiental, particularmente experiências na AMIMA, para analisar essas movimentações e transições do corpo-território. Perguntei à Cintia o que motivou a criação da AMIMA. Segundo ela, a Articulação foi motivada pela necessidade de fortalecer as mulheres, organizar no próprio território, necessidade de fazer gestão e proteção territorial. Quando tinha queimadas, grupo de mulheres corriam com balde de água, até as crianças participavam. Tinham a noção de proteção para combater o fogo com reza, coragem, e chamavam outras mulheres para contribuir. Além disso, ela contou que mulheres aconselhavam outras mulheres para ajudar a resolver questões internas, nas mortes estas eram acionadas, não eram os homens e sim as mulheres. O povo levava as demandas para essas figuras de liderança, com capacidade de articular apoio. Cintia e Suluene andam no território que tem muitas necessidades, muitas invasões. A partir disso elas levam as demandas para as autoridades, passam a trazer poço, energia, as UBS pois enxergavam as necessidades existentes no território. Assim, são mulheres que ajudaram a erguer outras mulheres e outras aldeias.

De acordo com Cintia, temos memória histórica, a origem forte. A nossa família sempre respeitou o que dizem ser “mito”, temos a força de Luzia Guajajara. Cintia contou que quando morávamos no Araraboia, Luzia Guajajara

(...) nos ensinou a plantar, a comer farinha com carne assada, era higiênica, fez roça na Ypaw My’ym, ela tinha forte ligação com a natureza, entender dia-a-dia, somos a própria natureza, peixes, roças, sagrado, *heta ko izar*, alimentos são vida, respeitamos os donos da água, da mata, aprendemos a respeitar com nossos avós, energia das árvores, corpo e espírito recebendo energia das árvores. Na pesca eu e Surama não tínhamos medo pois estávamos protegidas, ter cuidado com rio com a natureza, da água. Recebemos energia das pedras, do chão, da areia, tomávamos água da chuva, crescemos com o respeito da natureza pois nós cuidamos dela e ela de nós. De noite temos de nos recolher, a gente se alegra quando chove, respeita conexões com mata, com animais, roça, alimentação, também pensamento coletivo com a própria natureza, ela mesma nos ensina, observar, olhar. AMIMA ajuda manter a natureza viva, contato com as águas. Tàmuz Chicão os ensinamentos permanecem e são repassados, novas gerações acompanham, não se perdem, seguimos nossa linhagem, a

luta para manter, permanecer e preservar. (Cintia Guajajara, conversa em 19 de março de 2024)

Consoante a troca com Cintia, de nome indígena Haidzmora, contemplamos estratégias de atuação organizada e coletiva realizada por indígenas mulheres Tentehar Ypaw M'yym pe har. A categoria corpo-território é uma realidade para as mulheres de base e, conseqüentemente, isso influencia em nossas incidências como no próprio espaço acadêmico ou político. Nossos desafios incluem a falta de reconhecimento e apoio de políticas públicas e a constante ameaça de atividades predatórias contra nossos corpos-territórios. A AMIMA através de cada indígena mulher enfrenta esses desafios promovendo a mobilização e a capacitação das próprias mulheres para que possamos exercer uma liderança efetiva e influenciar nas políticas locais e até mesmo nacionais. Queremos ver um futuro onde nós, indígenas mulheres, tenhamos plena participação e liderança em todas as esferas relacionadas ao cuidado ambiental, à tomada de decisões. Acreditamos no fortalecimento do papel das indígenas mulheres e na valorização do nosso conhecimento ancestral. O diálogo com Cintia Guajajara na aldeia Ypaw My'ym proporcionou uma visão aprofundada do papel que as indígenas mulheres desempenham na preservação ambiental, na gestão dos recursos naturais, na existência de toda uma sociedade. A AMIMA, através de suas iniciativas, não só contribui para a conservação ambiental, mas também para a promoção dos direitos e da autonomia das mulheres indígenas.

O contexto de diferentes formas de violências financiadas para romper o corpo-território possibilitam resultados satisfatórios, considerando a ausência de subsídios para este. Dessa maneira, é urgente a necessidade da abertura democrática pautando a importância da atuação das indígenas mulheres. O que percebo na atuação político-acadêmica das mulheres Tentehar é que, quanto mais se avança com a consolidação das políticas públicas para a educação, tanto as servidoras públicas quanto outras mulheres, passam a adquirir formação no sistema educacional não indígena, o que influencia positivamente a realidade nos territórios, quando somada ao sistema local, de forma a potencializar a luta e a cultura sem sobreposições.

Nossa estrutura parte das experiências comunitárias destacadas e fortalecidas ao longo dos anos, com ênfase na atuação das indígenas mulheres. Como destaquei, os *karaiw* não fazem jus a suas próprias ciências e nem as suas próprias leis, o que implica em lutas permanentes e resistência dos povos indígenas. Anseio por uma juventude que permaneça e

continue com a mesma sede de justiça das/os nossas/os ancestrais, sobretudo no fortalecimento de cada sentido da nossa identidade, já que o nosso modo de ser não muda tanto quanto as ofensivas resultantes das decisões, até inconstitucionais, como do Marco Temporal, por exemplo. Como visto, nós tentemos desenvolvemos estratégias ao longo dos anos para combater as violências impostas pelo não indígenas, assim como “o machismo é tratado enquanto mais uma epidemia europeia trazida pelos invasores” (Oliveira, 2024, p. 6). Portanto, respeitar os corpos-territórios é uma política ancestral dos povos indígenas:

Essa memória dos tempos de guerra aciona uma faceta específica da sagacidade tentemos que envolve o uso de poderes espirituais como ferramentas de defesa e combate, neste caso, o *uzegaraiw*. Trata-se de uma arte quase esquecida, mas ainda utilizada por iniciados que recebem revelação dos *mairas* para aplacar a valentia alheia. Os espíritos dominam os poderes necessários que são transferidos aos que se abrem “às coisas da cultura”, como gostam de dizer os mais experientes. O *uzegaraiw*, portanto, é a arte de cantar para confundir inimigos (*uzamatry'ym*). O canto - que pode ser interpretado também como uma reza - torna o guerreiro invisível aos olhos do opositor, e, mais do que isso, amansa-o, tornando-o fácil de dominar ou exterminar. “Ezur eruapyk nepuzukaiw haw xe” canta o iniciado à chegada do oponente. (ALMEIDA, 2019, p. 75-76 apud Marina Guajajara, p. 23)

As evidências das resistências demonstram as nuances de quais e como as reconfigurações estão atreladas ao protagonismo sobretudo das mulheres, “a arte de cantar para confundir inimigos (*uzamatry'ym*)”, que passa pelo campo acadêmico e por suas produções, mas também de como o fortalecimento desse protagonismo contribui diretamente para a defesa de pautas que tem o caráter universal, como o território. Contribui para o conhecimento de gênero e etnia/raça, aludindo a compreensão da organização política interna dos povos originários.

Precisamos lembrar de onde vem nossa luta, dos motivos que ocasionam os fatos para não enfraquecer a luta. Os *karaiw* querem apagar a nossa história e nós mesmos queremos contá-la. Não podemos recuar e a necessidade de adentrar espaços fora das Terras Indígenas também garante segurança na participação social, sublinha a complexa dinâmica que nós enfrentamos para a luta dos nossos direitos e proteção. Sair do território e adentrar o sistema

social é extremamente desafiador, onde os processos e estruturas podem não estar e nem querem estar preparados para receber ou integrar efetivamente as perspectivas indígenas. Embora essa transição seja desafiadora e envolva riscos, ela é essencial para assegurar que as perspectivas e os direitos indígenas sejam reconhecidos e respeitados em todos os níveis de decisão. A nossa presença nas arenas políticas, acadêmicas ou administrativas não só fortalece a capacidade de resistir a ameaças e promover mudanças, mas também contribui para a construção de um futuro onde os direitos dos nossos corpos-territórios sejam efetivamente garantidos com dignidade humana, nessa imposta e larga guerra histórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia teve como objetivo tratar das realizações das Tentehar kuzà, da aldeia Ypaw My'ym da TI Araribóia-MA. Nesse contexto, também consultei textos de autores não indígenas que potencializaram as análises para esta realização. Assim, na primeira parte tratei de refletir sobre as estratégias de atuação coletiva, a partir de experiências, territoriais e acadêmicas, desenvolvidas pelas Tentehar kuzà. Na segunda parte considero a categoria corpo-território como uma realidade para nós indígenas mulheres de base, para lançar luz aos nossos modos de atuação, impactando em nossas incidências como no próprio espaço acadêmico. Mostro como o corpo-território da indígena mulher é capaz de transitar em diversos meios sem perder sua essência e (re)configurando saberes, conhecimentos. As Tentehar kuzà wà são mulheres em seus territórios que ajudaram a erguer outras mulheres e outras aldeias. Diante disso, Haidzmora nos representa ao falar que o pensamento precisa ser coletivo como a própria natureza, ela mesma nos ensina, observa, olha. Os ensinamentos do Tàmuz Chicão permanecem e são repassados para mim e serão repassados para meus sucessores, para não nos perdermos, para seguimos nossa linhagem, para mantermos a luta, para assegurar nosso corpo-território.

O recorte específico foi escolhido para proporcionar esses momentos de encontros compartilhados, de dar continuidade ao repasse de saberes Tentehar, para a manutenção da nossa resistência através do coletivo, de compartilhar formas de fazer, de transitar entre esses mundos.

Contudo, considerando o advento do decurso temporal, as fugas das armadilhas colonizadoras, a evolução das dinâmicas de atuação na promoção, defesa e proteção dos

ossos corpos-territórios, as mudanças ocorridas nos contextos sociais, bem como a aproximação com os movimentos sociais e entidades da sociedade civil, a acadêmica, que desafiam uma tendência de maior participação social, resta evidente a necessidade de abertura e permanência no debate para estabelecer reflexões inclusivas, para que assim como outras futuras gerações, os Tentehar possam perpetuar.

Na continuidade desta pesquisa, tenho interesse em acessar outros trabalhos sobre corpo e corporalidades. Essa discussão tem sido atualizada por pesquisadores e pesquisadoras indígenas, como nas dissertações de Autaki Waurá (2021), que trata da produção do corpo na “reclusão pubertária” do seu povo Wauja, e a dissertação de Koria Valdvane Tapirapé (2021), sobre os resguardos e a alimentação apyãwa. Também João Paulo Lima Barreto (2021) descreve uma teoria sobre o corpo e o conhecimento prático dos Kumu, especialistas indígenas do Alto Rio Negro/Amazonas no tratamento de pessoas. Além disso, monografias de indígenas mulheres, como Ana Manoela Primo dos Santos Soares (2021, 2021a), antropóloga Karipuna, e as pesquisadoras da ANMIGA: Braulina Baniwa (2023), Joziléia Kaingang (2016), Célia Xakriabá (2018) e Sandra Benites (2018), são referências importantes por tratarem da noção de corpo-território.

Em página na internet, o “Manifesto da Primeiras Brasileiras” da ANMIGA, traz o seguinte trecho: “Nós, Mulheres Indígenas, também somos a Terra, pois a Terra se faz em nós. Pela força do canto, nos conectamos por todos os cantos, onde se fazem presente os encantos, que são nossos ancestrais. A Terra é irmã, é filha, é tia, é mãe, é avó, é útero, é alimento, é a cura do mundo.” (ANMIGA, s/d). A existência e manutenção do corpo-território é uma técnica ancestral, é uma política originária. As reconfigurações qualificadas em prol da defesa dos direitos coletivos de seus povos, abriram espaços para revelar o protagonismo antes silenciado e apontar pautas específicas, antes universalizadas, à exemplo da relação corpo-território e sua significância única para exigência das indígenas mulheres e de seus povos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE. Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal. **Agência de Notícias IBGE**, 24 jul. 2019. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia)

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/acervo/direitos-humanos/audio/2017-08/onu-indigenas-preservam-80-da-biodiversidade-mundial-mas-ainda#:~:text=Cinco%20por%20cento%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o,povos%20em%20todo%20o%20mundo.>

HERBETTA, A.; POCUHTO, T.; PIMENTEL DA SILVA, M. S.; e GUAJAJARA, C. Considerações urgentes sobre a relação entre o avanço da Covid-19 em territórios indígenas no Brasil e os impactos de políticas públicas monoepistêmicas. *Frente Sociol.*, v.06, 2021.

HIVOS. Sumário: Povos Indígenas e Desmatamento no Maranhão. [s.l.]: **Hivos**, 2021. Disponível em: <https://america-latina.hivos.org/assets/2021/06/SUMARIO-Povos-Indigenas-Desmatamento-no-Maranhao-PORTUGUES-ALT9.pdf> Acesso em: 01 ago. 2024.

KAINGANG, J. **Mulheres Kaingang, seus caminhos, políticas e redes na TI Serrinha**. Dissertação (Antropologia) UFSC, Florianópolis, 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai/estrutura/dsei/distrito-sanitario-especial-indigena>. Acesso em: 24 de out. 2024.

OLIVEIRA, A. C. A. **Corpo-território: as mulheres indígenas e a relação com as territorialidades**. Projeto de Pesquisa, São Luis-MA, 2024.

ONU para Agricultura e Alimentação: Relatório da ONU mostra que povos indígenas e comunidades tradicionais são os melhores guardiões das florestas, s/d. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1391340/>

PANKARARU, Amanda. **A retomada das indígenas: reflorestando o lugar de mulher**. 2023. Dissertação (Mestrado em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2023. doi:10.11606/D.8.2023.tde-28062024-165054. Acesso em: 2024-08-21

PIMENTEL DA SILVA, M. do S.; HERBETTA, A.; POCUHTO, T. ; GUAJAJARA, C.; JUKUREAKIREU BOE, A.; WAURA , A.; KAYABI, M.; KEMENHA , M.; YUDJÀ, J.; KRIKATI, C.; EIBAJIWU, A.; KAYABI, M.; KARAJÁ, U. Histórias da Covid-19: reflexões sobre violências desveladas na pandemia e o potencial das plantas-pessoas-espíritos. *Articulando e Construindo Saberes*, Goiânia, v. 6, 2021.

PROGRAMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019*. Brasília: PNUD, 2019. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/publications/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2019>. Acesso em: 15 ago. 2024.

RIBEIRO, G. e LEMOS, L. Corpo-território: a luta de mulheres indígenas pela preservação de terras e ancestralidade. Estudo da USP analisou como preservação de terra e corpo está ligada à preservação das tradições e dos saberes ancestrais de mulheres na cosmovisão indígena. **Jornal da USP**, 15 de julho de 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/diversidade/corpo-territorio-a-luta-de-mulheres-indigenas-pela-preservacao-de-terras-e-ancestralidade/#:~:text=Na%20cosmovis%C3%A3o%20ind%C3%ADgena%2C%20o%20corpo,pesquisadora%20denomina%20como%20corpo%2Dterrit%C3%B3rio.>

- SA, Maria J R de; ALMEIDA, Maria C. de. Mitos e educação na ancestralidade Tenetehar. *Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v.31,n.67, p127-42, 2022
- SANTANA DA SILVA, Cíntia Maria. Linguagem e identidade: a mulher Tenetehára contemporânea e sua relação com os movimentos sociais. 2018. Dissertação (Mestrado em Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas) - Museu Nacional (UFRJ), Rio de Janeiro, 2018.
- SERVIÇO de Proteção aos Índios (SPI). Povos indígenas no Brasil, ISA, s/d, Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o aos_%C3%8Dndios_\(SPI\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o aos_%C3%8Dndios_(SPI))
- SILVA, C V; MARTINS, M. A mulher Tenetehára contemporânea: identidade étnica, gênero e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, 2019
- SOARES, A. M. P. dos S. Mulheres Originárias: Reflexões com movimentos de indígenas mulheres sobre as existências e inexistências de feminismos indígenas. São Paulo, *Cadernos De Campo*, v30, n2, 2021
- SOARES, A. M. P. dos S. **Ser indígena e antropóloga**: Tecendo pesquisas com as antigas–Aldeia Santa Isabel-Povo Karipuna. Dissertação (Sociologia e Antropologia) UFPA, Belém, 2021a
- SUZART, Elizabete Costa; CARNEIRO, Denize de Souza. Visibilizando o protagonismo indígena: um esboço do trabalho de Cíntia Guajajara, Nhenety Kariri-Xocó, Nek'i SateréMawé e Júlio Kamêr Apinajé. *Revista Cocar*, [S. l.], v. 20, n. 38, 2024.
- TAPIRAPÉ, K. **A produção do corpo e da pessoa entre o Apyãwa** - resguardos, alimentos para os espíritos e transição alimentar. Dissertação (Antropologia Social) UFG, Goiânia, 2020
- VARGA, István van Deursen; VIANA, Rosana Lima. Distrito sanitário especial indígena do Maranhão: crônicas de um desastre anunciado. *Revista de Direito Sanitário*, São Paulo, Brasil, v. 9, n. 3, p. 133–149, 2008. DOI: 10.11606/issn.2316-9044.v9i3p133-149. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/13134>.. Acesso em: 23 ago. 2024.
- VARGA, István van Deursen; VIANA, Rosana Lima; OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim. Militarização no Distrito Sanitário Especial Indígena do Maranhão: do “desastre anunciado” ao epicentro da pandemia. *Revista de Direito Sanitário*, São Paulo, Brasil, v. 22, n. 2, p. e0026, 2022. DOI: 10.11606/issn.2316-9044.rdisan.2022.189517. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/189517>.. Acesso em: 23 ago. 2024.
- WWF-Brasil. Com mais de 4 mil focos de fogo em 2024, Roraima vive emergência humanitária. 18 de abril de 2024. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?88320/Com-mais-de-4-mil-focos-de-fogo-em-2024-Roraima-vive-emergencia-humanitaria>. Acesso em: 24 de agosto de 2024.
- ZANNONI, C.(Org.). **Rituais indígenas brasileiros**. São Paulo: CPA Editora, 1999.
- ZANNONI, **Conflito e coesão**: o dinamismo tenetehara. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 1999.